



Comunicação do Senado fará cobertura especial das eleições

Jornal do Senado publicará o perfil com a trajetória dos eleitos, portal de notícias informará apuração em tempo real, com informações do TSE, e TV e rádio farão debates sobre os resultados



No domingo, os olhos dos brasileiros estarão voltados para os resultados do primeiro turno das eleições. E os veículos de comunicação do Senado estão preparando uma extensa cobertura.

Apuração dos resultados em tempo real, informações sobre os eleitos e os desafios para o próximo presidente e para o Congresso são alguns dos conteúdos que serão

publicados. A cobertura das eleições também contará com reportagens relacionadas ao pleito, divulgadas antes, durante e depois de 7 de outubro.

O conteúdo já começou a ser publicado no **Jornal do Senado** e no Portal Senado Notícias, onde está disponível na aba Eleições 2018, criada para reunir o material.

Às 21h, a TV Senado e a Rádio Senado farão, em parceria, uma mesa-redonda. Serão convidados especialistas e analistas políticos para discutir os resultados. A mesa-redonda será transmitida pela TV e pela rádio até as 22h30. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

TV Senado terá links ao vivo direto do Tribunal Superior Eleitoral no dia das eleições e programas ao vivo a partir das 14h

ARQUIVO **S**

Augusto Stahl



Paço de São Cristóvão, em 1862. Em 2018, prédio foi varrido pelo fogo

Senadores do Império temiam fogo em prédio que abrigaria museu

Documentos do Senado mostram que, em 1827, senadores já temiam que o fogo consumisse o Paço de São Cristóvão, residência de monarcas e futura sede do Museu Nacional, varrido por

incêndio mês passado. Para o Marquês de Caravelas, o Senado deveria aprovar uma lei para custear as obras. Outra corrente defendia que o dinheiro saísse do bolso de dom Pedro I. **4**

Brasil doará ao Uruguai 25 carros de combate

Foi publicada na sexta-feira a lei que autoriza a doação de 25 veículos de combate do Exército brasileiro ao Exército do Uruguai. Os tanques estavam desativados. O projeto foi aprovado pelo Plenário do Senado no início do mês. **2**

Apostador poderá ter que informar CPF para loterias

Para facilitar a investigação de crimes como lavagem de dinheiro, projeto que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos determina que o apostador de loteria informe o CPF na hora do jogo. **3**

Tributo de fundo de investimento pode mudar

A Comissão de Assuntos Econômicos analisa projeto de lei que muda a tributação dos fundos fechados de investimento. O projeto recebeu emendas na comissão e aguarda designação de relator. **2**

Estatuto do Idoso completa 15 anos e legislação é aperfeiçoada

A principal lei de proteção às pessoas com mais de 60 anos, o Estatuto do Idoso, completa hoje 15 anos. Considerado um marco ético

de respeito aos direitos dos idosos, o texto traz diversas garantias a essa parcela da população e ainda é aprimorado pelo Congresso. **3**



Tony Winston/Agência Brasília

Em 2060, um quarto da população brasileira deverá ter mais de 65 anos



Alexandre Gabeira/Asoc

Projetos de lei afetam quem trabalha com radiodifusão comunitária

Conselho discute publicidade e alcance de rádios comunitárias

O Conselho de Comunicação Social do Congresso vai discutir hoje projetos que permitem que as rádios comunitárias vendam espa-

ço publicitário e ampliem o alcance das transmissões. Outro projeto isenta essas emissoras da arrecadação de direitos autorais. **2**

Conselho debate mudanças nas rádios comunitárias

Se aprovadas as propostas, as rádios comunitárias poderão vender espaço publicitário e ampliar o alcance das transmissões. Outro projeto isenta essas emissoras da arrecadação de direitos autorais

A COMERCIALIZAÇÃO DE espaço publicitário por rádios comunitárias vai ser analisada pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso (CCS) em reunião marcada para hoje, às 11h. Na pauta, estão três projetos de lei que tratam da radiodifusão comunitária.

As proposições a serem examinadas alteram o funcionamento de quase 5 mil emissoras outorgadas no país. Entre outros pontos, os PLSs 55/2016, 410/2017 e 513/2017 permitem a venda de publicidade, isentam a arrecadação de direitos autorais e ampliam o alcance de transmissão das rádios comunitárias, respectivamente.

O aumento do limite de potência das rádios e da quantidade de canais designados foi tema de audiência pública feita em agosto pelo conselho. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e a Anatel, por exemplo, apontaram inviabilidade técnica para o aumento do alcance das rádios.

O relatório a ser votado é do



Rádio Comunitária Liberdade

Para a Anatel, rádios não têm capacidade técnica para ampliar alcance

grupo formado pelos conselheiros José Carlos da Silveira Junior, José Antônio de Jesus da Silva, Sydney Sanches e Davi Emerich, sob a coordenação de Tereza Mondino. O parecer do conselho serve como recomendação aos parlamentares.

Também consta da pauta do CCS o relatório sobre a reestruturação do Regimento Interno do próprio conselho. Esse documento será apresentado pela comissão de relatoria formada pelos conselheiros

José Francisco de Araújo Lima (coordenador), Miguel Matos e Maria José Braga.

O Conselho de Comunicação Social é um órgão auxiliar do Congresso e tem como atribuição a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelos parlamentares. Atua em temas relacionados à comunicação, em especial a liberdade de manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação.

Brasil doará 25 carros de combate ao Uruguai

O governo brasileiro vai doar 25 viaturas blindadas e carros de combate do Exército ao Uruguai. A operação é regulada pela Lei 13.720, sancionada pelo presidente Michel Temer e publicada na sexta-feira no *Diário Oficial da União*.

O Congresso Nacional autorizou a transferência com a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 91/2018, no dia 5 pelo Senado. A norma condiciona a liberação dos veículos à autorização prévia do governo dos Estados Unidos,

exigida para a entrega do Certificado de Usuário Final.

O Exército brasileiro dispõe de 152 carros de combate VBC CC-M41, comprados dos Estados Unidos. Os modelos, desativados para fins operacionais, passaram a ser usados como meio auxiliar de instrução e foram substituídos por novos blindados adquiridos do governo alemão. De acordo com o ministério, a doação ajudará a estreitar os laços de cooperação militar entre Brasil e Uruguai.

Os gastos com o transporte das viaturas até o Regimento de Cavalaria 3 em Rivera, no Uruguai, estimados em R\$ 350 milhões, serão custeados pelo Ministério da Defesa.



Brasil Em Defesa

Carros de guerra doados ao Uruguai eram usados para instrução militar

Proposta muda tributação sobre fundos de investimento fechados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa projeto de lei que muda a tributação dos fundos fechados de investimento. O PLS 336/2018, de José Serra (PSDB-SP), já recebeu emendas na comissão e aguarda a designação de relator.

A proposta reproduz integralmente o texto da Medida Provisória 806/2017, que perdeu a validade em abril por não ter sido votada pelo Congresso. Segundo Serra, não há impedimento legal para repetir, por meio de projeto de lei, uma MP rejeitada.

Os fundos fechados são de adesão restrita para investidores de maior porte. Eles têm data determinada para resgate e não permitem movimentação de cotas. Esses fundos pagavam Imposto de Renda (IR) apenas no encerramento, mas em 2017 passaram a ser tributados anualmente. O projeto determina a cobrança semestral, como ocorre com outros fundos de investimento.

Pelo texto, a tributação se dará no último dia útil dos meses de maio e novembro

e será regressiva: 22,5% a 15% para fundos de longo prazo e 22,5% a 20% para os de curto prazo, de acordo com a duração de cada um.

Na justificativa do projeto, Serra observa que o sistema tributário possui distorções que fazem com que a "carga tributária sobre os mais pobres seja maior que aquela sobre a parcela mais rica da população".

Quando editou a MP, em 2017, o Executivo estimou um aumento da arrecadação de R\$ 10 bilhões. No entanto, especialistas disseram à comissão mista que analisou a MP que a medida poderia causar insegurança jurídica.

Emendas de Tasso Jereissati (PSDB-CE) retiram a cobrança de IR sobre os rendimentos ainda não distribuídos na data em que a lei entrar em vigor e considera pagos aos cotistas os rendimentos do fundo em caso de cisão, incorporação, fusão ou transformação.

Se aprovado na CAE e não houver recurso para votação em Plenário, a proposta segue para a Câmara.



Marcos Oliveira/Agência Senado — 25/7/2016

Projeto de Serra reproduz texto de MP que perdeu a validade em abril

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCS Publicidade em rádios comunitárias

11h A venda de espaços publicitários nas rádios comunitárias está na pauta do conselho.

Previsão atualizada às 18h de sexta pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Fotos: Jefferson Rudy e Edilson Rodrigues/Agência Senado



Jornal e Portal de Notícias já começaram a publicar conteúdo, como perfil médio dos eleitores. Rádio terá programação especial no dia da eleição e entrevista com senadores eleitos

Senado terá cobertura especial sobre eleições

Veículos da Casa manterão público informado antes, no dia e após as eleições. Jornal trará perfil dos senadores, portal terá apuração em tempo real, TV e rádio farão debates



UMA EXTENSA COBERTURA sobre as eleições espera o eleitor nos veículos de comunicação do Senado. Apuração dos resultados em tempo real, informações sobre os eleitos e os desafios para o próximo presidente e para o Congresso são alguns dos conteúdos que serão publicados.

O **Jornal do Senado** de 8 de outubro já trará o perfil de todos os 54 senadores eleitos, com informações sobre a trajetória política deles. A edição também mostrará, em gráficos, como vai ficar o novo desenho das bancadas partidárias na Casa a partir de 2019. Além do cenário no Senado, os eleitores terão um balanço dos novos governos estaduais e da provável disputa presidencial para o segundo turno.

Apuração

No dia das eleições, o ambiente virtual de apuração dos resultados no Portal Senado Notícias será automaticamen-

te abastecido com as informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Isso significa que os usuários terão acesso, pelo portal, à apuração em tempo real.

Serão exibidos os dados da apuração para os cargos majoritários: presidente, governadores e senadores. Por causa da diferença de fuso horário no país, a divulgação dos resultados pelo TSE para o cargo de presidente da República deve começar às 19h (horário de Brasília), quando a votação para o primeiro turno estará encerrada em todo o país. No caso das disputas estaduais (governador e senadores), a divulgação começará às 17h do horário local.

Além dos números em tempo real, a cobertura das eleições também contará com reportagens relacionadas ao pleito, divulgadas antes, durante e depois de 7 de outubro. O conteúdo já começou a ser publicado no jornal e no portal, onde está disponível na aba Eleições 2018, criada para reunir todo o material. Já foram divulgadas reportagens sobre o perfil dos candidatos e do eleitorado e as mudanças

na legislação eleitoral.

— Nossa cobertura terá foco na prestação de serviço ao eleitor. A ideia é deixá-lo informado sobre o que ele precisa saber para o dia do voto, mostrar a importância do Congresso para a democracia e para a vida dos cidadãos e revelar uma fotografia do Senado que vai surgir das urnas. Além de apresentar os principais desafios que o Congresso e o país terão de enfrentar nos próximos anos — explica o coordenador-geral da Secretaria Agência e Jornal do Senado, Silvio Burle.

Conteúdo

Na sexta-feira, 5 de outubro, o portal ganhará um desenho especial para o período, com destaque para as eleições e os 30 anos da Constituição. Nesse dia, será publicada no portal e no **Jornal do Senado** a última reportagem da série sobre a Carta Magna, que ao longo do último ano abordou as mudanças trazidas pela Constituição em diversos aspectos da vida do país.

No domingo, 7 de outubro, dias das eleições, assim que os resultados começarem a ser

divulgados em tempo real, o portal começará a publicar as reportagens com os perfis dos 54 eleitos para o Senado, dois por estado. Também haverá notícias sobre o resultado da eleição para a Presidência e para os governos estaduais. Os cidadãos terão ainda um balanço sobre como ficaram as bancadas no Senado.

Nos dias seguintes às eleições, o **Jornal do Senado** e o portal apresentarão balanços das eleições, com número de eleitores, problemas registrados nas urnas e outras informações. Ao longo da semana, serão publicadas reportagens sobre os suplentes que poderão assumir os mandatos em definitivo, a evolução da bancada feminina e os senadores que se despedem dos mandatos.

Rádio e TV

A Rádio Senado e a TV Senado também terão programação especial para o dia da eleição. Na rádio, os ouvintes poderão acompanhar, durante todo o dia, flashes na programação com informações sobre o pleito. Repórteres estarão nos locais de votação em Brasília e

no TSE. Graças a parceria com 12 emissoras conveniadas, a maioria pública, repórteres de diferentes estados entrarão na programação da rádio com informações sobre a votação. Também haverá entrevistas com os senadores eleitos.

Na TV Senado, os telespectadores vão acompanhar, ao longo da manhã, links ao vivo do TSE. A programação ao vivo começa às 14h. Debates com especialistas sobre os desafios do próximo governo e do Congresso serão intercalados com reportagens e informações sobre as eleições.

Às 17h, começa a apuração, com informações ao vivo sobre os resultados para o Senado, os governos estaduais e a Presidência da República. Às 21h, a TV Senado e a Rádio Senado farão, em parceria, uma mesa-redonda. Serão convidados especialistas e analistas políticos. A mesa-redonda será transmitida pela TV e pela rádio até as 22h30.

Acompanhe as eleições
senado.leg.br/jornal
senado.leg.br/noticias
<http://bit.ly/SintRadioSenado>
<http://bit.ly/sintonizarTVSenado>

Estatuto do Idoso faz 15 anos e Congresso debate o aprimoramento da legislação

Em 2060, um quarto da população (25,5%) deverá ter mais de 65 anos. A projeção, do IBGE, é resultado do aumento da expectativa de vida e da queda nos índices de natalidade do país. Os dados reforçam a necessidade de uma preocupação cada vez maior com os direitos das pessoas idosas. No Brasil, a principal lei de proteção a esse grupo é o Estatuto do Idoso, que hoje completa 15 anos e vem sendo aprimorado pelo Congresso.

— A Constituição foi uma conquista de 1988 e, de lá para cá, foi modificada para diminuir direitos, regrediu. Com o Estatuto do Idoso, é diferente. Todas as leis que vieram ampliaram direitos, mostrando que o Brasil está preocupado com o envelhecimento — comemorou o senador Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto que deu origem ao Estatuto.

Considerado um marco ético de respeito aos direitos dos maiores de

60 anos, o texto traz, em 118 artigos, várias garantias aos idosos. Os direitos à vida, ao alimento, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização e ao trabalho, à previdência e à assistência social, à habitação e ao transporte são contemplados na legislação.

O estatuto lista ainda as situações em que o idoso tem prioridade, como o atendimento preferencial nos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população, além da precedência no atendimento por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar. E trata de pontos específicos de áreas como a saúde, ao proibir, por exemplo, discriminação em planos de saúde. Outros direitos, como a prioridade no recebimento do imposto de renda e a prioridade especial aos maiores de 80 anos, são resultado de aprimoramentos feitos ao longo dos anos.

Jogadores de loterias poderão ser obrigados a informar o CPF no momento da aposta

Os apostadores de loterias administradas pela Caixa Econômica Federal poderão ser obrigados a registrar o número do CPF no momento de cada aposta. É o que determina o PLS 412/2017, do senador Paulo Bauer (PSDB-SC), que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto obriga administradoras de loterias a divulgar pela internet, em até 90 dias, o nome, o CPF e o endereço dos ganhadores dos prêmios para facilitar a investigação de crimes como lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos e valores.

“O objetivo é aperfeiçoar o pagamento dos prêmios, conferindo maior transparência e honestidade e evitando suspeitas sobre uma série de coincidências que ocorrem nos sorteios”, argumenta Bauer na justificativa do projeto.

Por motivos de segurança, o relator, Pedro Chaves (PRB-MS), alterou o

texto. “Ao divulgar o nome das pessoas com seus respectivos dados, estaremos criando um problema de segurança para cidadãos que ganham prêmios de loterias”, afirma.

Para ele, é possível elevar o número de informações disponíveis para os órgãos de controle apenas com o registro do CPF dos jogadores no momento da aposta.

De acordo com o relatório, a Caixa e os permissionários lotéricos terão que garantir o sigilo na identificação dos apostadores. Em 30 dias, a instituição deverá entrar em contato com os vencedores, que poderão receber o prêmio mesmo que tenham perdido o bilhete da aposta.

O registro do CPF valerá para as apostas da Mega-Sena, Lotofácil, Lotomania, Dupla-Sena, Timemania, Quina, Loteca e Lotogol. Ficam de fora a Loteria Federal e a Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex).

Prédio do Museu Nacional preocupava Senado do Império

Arquivo do Senado mostra que, desde 1827, o fogo oferecia perigo ao Paço de São Cristóvão, residência dos monarcas brasileiros e, na República, sede do Museu Nacional

Ricardo Westin

EM 1827, NOS primórdios do Império, o senador Marquês de Caravelas (BA) pediu a palavra e, da tribuna do Palácio Conde dos Arcos, a sede do Senado, no Rio de Janeiro, propôs aos colegas um exercício de imaginação:

— Suponha-se que sucede haver um incêndio ou que qualquer outro acidente funesto destrói grande parte do Paço de São Cristóvão.

O fogo temido por Caravelas realmente ocorreria — mas 191 anos mais tarde, em 2018. No Império, o Paço de São Cristóvão foi a residência oficial de dom João VI, dom Pedro I e dom Pedro II. Na República, passou a abrigar o Museu Nacional — varrido por um incêndio no mês passado.

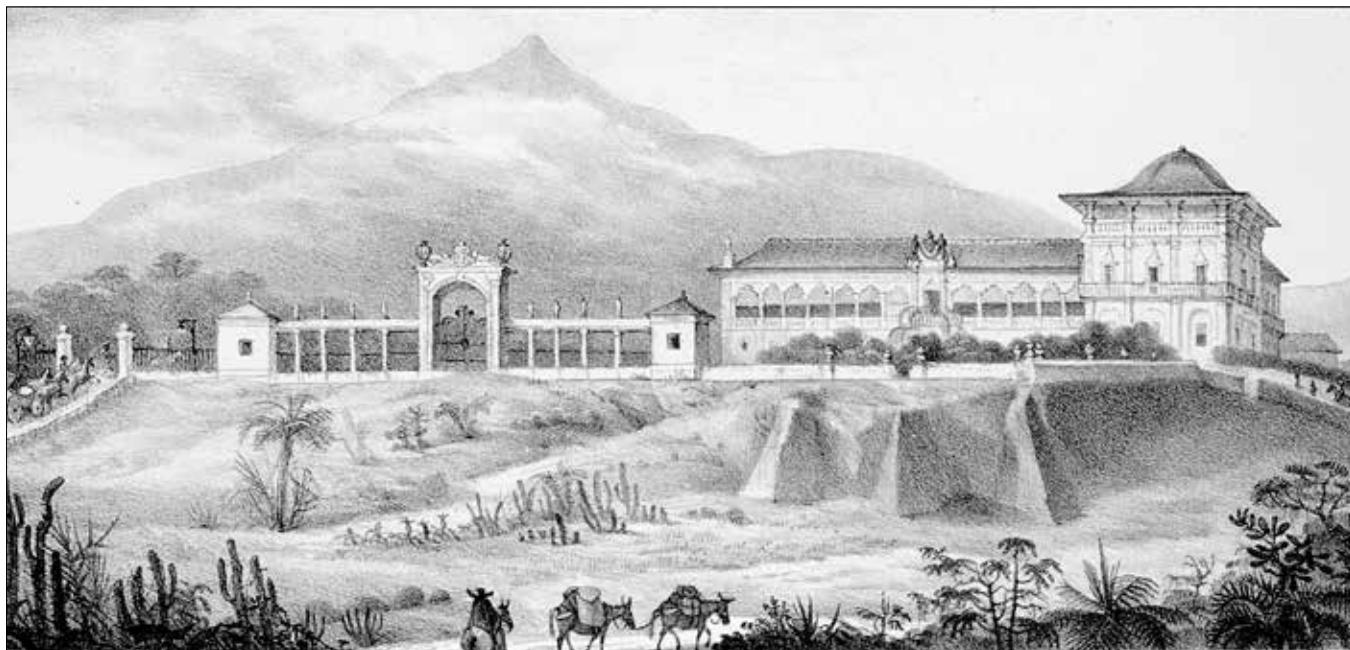
Do prédio histórico, só sobraram as paredes. O teto e os pisos desabaram. As chamas engoliram e incineraram milhares de peças do acervo. Antes da catástrofe, o Museu Nacional era a maior instituição de história natural e antropologia da América Latina.

Ainda não se sabe o que provocou o incêndio. Para os diretores do museu, a grande causa foi a escassez de verbas. Os detectores de fumaça estavam estragados, o que retardou a ação dos bombeiros. Não havia *sprinklers* (chuveiros acionados pela fumaça). Os hidrantes estavam secos. Dos poucos brigadistas, nenhum trabalhava naquela noite. O prédio e o acervo não tinham seguro.

Foi para evitar uma catástrofe desse tipo que Caravelas recorreu ao mórbi-do exercício de imaginação. Na visão dele, o Senado deveria aprovar uma lei obrigando o governo a custear toda e qualquer obra de conservação do Paço de São Cristóvão. Outra corrente defendia que o dinheiro saísse do bolso do próprio Pedro I, do salário que o Parlamento lhe destinava todo ano.

Documentos de 1827 mantidos sob a guarda do Senado mostram que a primeira corrente teve mais apoio no Plenário. Caravelas argumentou:

— Como há de Sua Majestade mandar reparar o Paço de São Cristóvão com os dinheiros da sua dotação? Se



O Paço de São Cristóvão na época de Pedro I, quando contava com uma torre e dois pavimentos; sob Pedro II, teria duas torres e três pavimentos

o fizesse, ficaria sem ter com o que ocorrer às outras despesas da sua casa.

Visconde de Cayru (BA) concordou:

— Os reparos dos palácios se devem fazer à custa da nação. Fundo-me na Constituição, que deu ao chefe do Império palácios, e não pardieiros. Ora, palácios se reduzem a pardieiros se não lhes fizerem continuamente os reparos necessários, muito especialmente neste país, onde as umidades tanto estragam os edifícios.

O senador lembrou que Pedro I era apenas o inquilino de um imóvel que pertencia à nação e disse que, “quando uma casa de aluguel carece de conserto, quem o faz é o dono, e não o inquilino”. Cayru continuou:

— Não convém carrear o nosso imperador com o ônus de ser inspetor de obras e fiscal das contas de reparos de seus palácios e quintas [sítios]. A atenção imperial se deve absorver nos negócios do Império.

Glamour

Antônio Gonçalves Gomide (MG), por sua vez, recorreu ao glamour:

— O lustre e a magnificência do imperante são um objeto essencial nas monarquias e não se pode prescindir dele, tanto para o respeito dos nacionais como para a veneração das nações estrangeiras. Que ideia farão essas nações do nosso Império se acaso formos mesquinhos e não dermos esplendor ao nosso monarca?

Ao fim das discussões, o Senado decidiu que o governo destinaria para as obras do Paço de São Cristóvão a importância de 106 contos de réis, dividida em prestações mensais. Pedro I não precisaria gastar nem uma pataca para manter a sua casa de pé.

A preocupação dos senadores com a integridade do palácio se justificava. Antes de a República transformá-lo no Museu Nacional, o Paço de São Cristóvão foi o coração político do Reino de Portugal por quase 15 anos (período em que João VI passou no Rio) e, em seguida, do Império do Brasil por cerca de 70 anos (nos reinados de Pedro I e Pedro II). São Cristóvão significou para o Brasil o que Versalhes foi para a França e o que Buckingham ainda

hoje é para o Reino Unido. O palácio foi cenário de acontecimentos decisivos da história do país.

O Paço de São Cristóvão assistiu à reunião do Conselho de Estado presidida pela imperatriz Leopoldina que decidiu pela declaração da Independência, em 1822. Também viu o nascimento de Pedro II, em 1825, a morte de Leopoldina (primeiro luto nacional), em 1826, a abdicação de Pedro I, em 1831, o golpe que antecipou a maioria de Pedro II e acabou com a Regência, em 1840, e o nascimento da princesa Isabel, em 1846.

O palácio foi construído no ponto mais alto da Quinta da Boa Vista, o que permitia aos monarcas avistar a Floresta da Tijuca, o Morro do Corcovado e a Praia do Caju — daí o nome Boa Vista. Antes de pertencer à Monarquia, a residência não tinha nada de especial. Era só mais um entre tantos casarões em estilo colonial que se espalhavam pelo Brasil.

Com a chegada de João VI ao Brasil, que deixara Lisboa fugindo de Napoleão, em 1808, inúmeras casas do Rio foram desapropriadas para abrigar os portugueses da comitiva real. Antes que a sua Quinta da Boa Vista fosse confiscada, o comerciante Elias Antônio Lopes apressou-se em doá-la ao rei. Em agradecimento pelo mimo, João VI concedeu a Lopes títulos de nobreza e uma gorda indenização.

O casarão passaria por incontáveis reformas ao longo das décadas. Instalou-se diante dele um imponente portão de alvenaria e ferro fundido. Construiu-se uma torre lateral em estilo mourisco. Fez-se uma escada semicircular para dar entrada à residência pelo segundo pavimento. Mais tarde, ergueu-se outra torre, na extremidade oposta, agora em estilo neoclássico. Destruíu-se a escada, e a entrada passou a ser pelo primeiro pavimento. Construiu-se o terceiro andar. Reformou-se a torre mourisca, que passou a ser também neoclássica.

O objetivo das mudanças era deixar o Paço de São Cristóvão à altura do poder do Império brasileiro. Em 1847, o Parlamento aprovou um projeto do governo que destinaria 240 contos de

réis à conclusão das reformas. As obras pareciam não ter fim. Para o senador Clemente Pereira (PA), Pedro II faria melhor se abandonasse São Cristóvão:

— Não se pode deixar de reconhecer que o imperador não tem palácio decente para a sua residência dentro da capital do Império, porque o que atualmente existe não merece essa qualificação, nem pela sua forma de construção, nem pelas suas comodidades. Julgo oportuno que o Senado autorize o governo a proceder aos trabalhos preparatórios para uma nova construção, levantando as plantas das obras e designando o local apropriado e o orçamento da despesa.

A proposta de Pereira foi aprovada, mas o governo não chegou a projetar um novo palácio imperial.

Apagamento do passado

Segundo Regina Dantas, historiadora do Museu Nacional, a situação de São Cristóvão não era tão crítica assim:

— Muitos estrangeiros se surpreendiam negativamente com a residência imperial não porque ela estivesse caindo aos pedaços, mas sim porque tinham a expectativa de encontrar um palácio repleto de ostentação, luxo e ouro. Afinal, o Brasil era uma Império gigantesco, distante e exótico. Em vez disso, o que eles encontravam era a simplicidade típica de Pedro II.

Após o golpe que derrubou o Império, os republicanos confiscaram o Paço de São Cristóvão. Sua primeira missão no novo regime foi sediar a Assembleia Constituinte. Redigida a Constituição da República, o palácio passou a abrigar o Museu Nacional.

— A República fez um apagamento tão forte do passado do Paço de São Cristóvão, arrancando os brasões, desfazendo-se dos móveis e derrubando paredes, que as pessoas que visitavam o Museu Nacional nem se davam conta de que ali já foi um dos lugares mais importantes da história do Brasil — diz o historiador Bruno Antunes de Cerqueira, presidente do Instituto Cultural Dona Isabel I.

Leia pesquisa de Regina Dantas sobre história do Paço: <http://bit.ly/CasadoImperador>



Dom Pedro II posa para foto no Jardim das Princesas, no Paço de São Cristóvão